



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Portugal – Uma estratégia para o crescimento

Grupo de Trabalho IV. IDE

Relatório sectorial

27 de Abril de 2017

Membros do Grupo de Trabalho	2
Resumo executivo	3
1. Introdução	5
2. Contributos para a captação e retenção de IDE	6
2.1. Captação de IDE	6
2.2. Apoio à realização e retenção de IDE	13
3. Uma nova estratégia para o IDE em Portugal. Algumas oportunidades no curto prazo.	13



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Membros do Grupo de Trabalho

Alexandre Patrício Gouveia – Administrador do El Corte Inglés Portugal, S.A.
António Alfaiate – Vogal do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade
Bernardo Meyrelles – Vogal do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade
Carlos Aguiar – Presidente da CCILF
Graça Didier – Secretária Geral da AmCham
Hans-Joachim Böhmer – Director Executivo da CCILA
Jaime Lacerda – Director Geral do Forum para a Competitividade
Joaquim Luiz Gomes – Vogal do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade
Maria do Carmo Vieira da Fonseca – Vogal do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade
Markus Kemper – Presidente da CCILA
Pedro Braz Teixeira – Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade

Relator

António Alfaiate



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Resumo executivo

Estudos recentes sobre o IDE em Portugal confirmam a percepção de que se considerarmos as três fases do processo do IDE do ponto de vista do país de destino - captação, apoio à realização e retenção - , Portugal tem o seu melhor desempenho na retenção, e as maiores dificuldades nas duas outras fases, em especial na fase de captação.

Importará continuar a apostar no reforço dos pontos fortes que Portugal possui para atrair IDE (qualidade das infra estruturas; segurança; motivação; qualificação e competitividade da mão de obra; ...) e melhorar os pontos fracos.

As medidas que consideramos prioritárias são:

- Criar um site de excelência na internet com informação pertinente (em várias línguas) sobre Portugal, que evidencie as oportunidades que o país oferece a potenciais investidores, e que dê a conhecer os principais "clusters" e centros de competência especializados existentes no nosso país.
- Melhorar a posição de Portugal em publicações internacionais de referência, nomeadamente a "Doing Business", "Index of Economic Freedom" e "Global Competitiveness Report".
- Realizar inquéritos junto das empresas que tendo equacionado a hipótese de investir em Portugal acabaram por optar realizar os seus investimentos noutros países, para compreender quais os factores críticos que explicaram as suas decisões e promover a sua correcção.
- A estratégia de captação de IDE deverá privilegiar uma abordagem por "clusters" de modo quer a potenciar os já existentes quer a promover a criação de novos. Esta actuação deverá ser articulada com as associações empresariais sectoriais e as principais empresas dos "clusters" em questão.
- A AICEP deve prosseguir com a figura dos "FDI Scouts" (especialistas de captação/retenção seleccionada de IDE em países emissores estratégicos), desejavelmente alargando o número dos seus mercados de actuação em



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

articulação com o sector privado (associações empresariais e câmaras de comércio).

- A APA – Agência Portuguesa do Ambiente deve reforçar o seu número de efectivos e passar a indicar um seu colaborador para acompanhar cada investidor.
- Os funcionários das entidades licenciadoras deverão ser avaliados em função do cumprimento dos prazos dos pedidos de investimento.
- No licenciamento de novas construções, deve ser criada uma única base de dados pública, nomeadamente num site, que reúna toda a legislação aplicável ao urbanismo (arquitectura e diversas especialidades).
- O IRC deve ser substancialmente reduzido e os novos investimentos deverão ser deduzidos à matéria colectável em 35% do seu valor.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

1. Introdução

O Fórum para a Competitividade considera que o investimento directo estrangeiro (IDE) é um instrumento extremamente importante para a promoção do crescimento económico em Portugal, com reflexos muito positivos em vários domínios, nomeadamente no aumento das exportações, na criação de postos de trabalho, na introdução de novas tecnologias e no desenvolvimento de redes de fornecedores nacionais.

A atração de investimentos-âncora estrangeiros tem ainda a vantagem de contribuir para reter quadros no nosso país, em particular jovens com elevadas qualificações, que, de outro modo, terão tendência para sair de Portugal.

A importância do IDE é ainda mais relevante na conjuntura actual em que o investimento de origem nacional é praticamente inexistente.

Tendo em consideração que, no mundo globalizado em que vivemos, se assiste a uma crescente e feroz concorrência entre países pela captação de IDE, importa analisar os factores de atractividade que Portugal pode oferecer e dinamizar uma estratégia de captação e de retenção de IDE que seja competitiva à escala global.

Estudos recentes sobre o IDE em Portugal confirmam a percepção de que se considerarmos as três fases do processo do IDE do ponto de vista do país de destino - captação, apoio à realização e retenção - , Portugal tem o seu melhor desempenho na retenção, e as maiores dificuldades nas duas outras fases, em especial na fase de captação.

Do ponto de vista do Fórum para a Competitividade importará continuar a apostar no reforço dos pontos fortes que Portugal possui para atrair IDE (qualidade das infra estruturas; segurança; motivação; qualificação e competitividade da mão de obra; ...) e melhorar os pontos fracos.

No ponto 2.1.2 analisam-se os principais pontos fracos de Portugal como país de destino de IDE e formulam-se propostas concretas quer para tentar melhorar



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

esses pontos fracos quer para dinamizar uma estratégia para Portugal de captação e de retenção de IDE.

Gostaríamos ainda de referir que uma tal estratégia não pode ignorar a existência de uma dificuldade adicional conjuntural muito importante, a imagem que o actual governo tem, junto de muitos investidores, de ter uma política económica que não dá confiança ao investimento, e para a qual certamente contribuíram algumas decisões do Governo (reversões de algumas privatizações, reposição de feriados, não retoma da diminuição programada do IRC, ...) bem como frequentes tomadas de posição públicas hostis aos empresários por parte de partidos apoiantes do Governo (PCP e Bloco de Esquerda).

2. Contributos para a captação e retenção de IDE

2.1. Captação de IDE

2.1.1. Colocar Portugal no "radar" dos investidores estrangeiros

Estudos recentes evidenciam que Portugal está normalmente fora do "radar" dos investidores estrangeiros, logo não sendo sequer considerado como localização possível para os seus investimentos, e que, nos poucos casos em que está no "radar" dos investidores, estes "em geral, não conhecem os factores de competitividade de Portugal, atribuindo-nos uma atractividade média ou baixa, essencialmente associada a sectores tradicionais" (estudo de 2013 da Roland Berger e AHK, "Portugal Plus - Investimento e Exportação : Excelência na execução como alavanca de crescimento no mercado alemão").

Tendo em atenção que os investidores recorrem cada vez mais, numa fase inicial, à procura de informação em comunidades on-line (redes sociais) e em motores de busca, bem como em "White Papers" (ebooks), webcasts (webinars), vídeos e outras informações existentes on-line, consideramos que:

- se deverá apostar num site de excelência na internet com informação pertinente (em várias línguas, mas, no mínimo, em inglês, alemão e francês) sobre Portugal,



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

com ebooks para download, que evidencie as oportunidades que o país oferece a potenciais investidores, e que dê a conhecer os principais “clusters” e centros de competência especializados existentes no nosso país;

- se deverá actuar no sentido de procurar melhorar a posição de Portugal em publicações internacionais de referência, nomeadamente a “Doing Business”, “Index of Economic Freedom” e “Global Competitiveness Report”;

- a AICEP deve continuar o seu programa de visitas de imprensa estrangeira especializada a Portugal, promovendo reuniões com o Governo, associações empresariais, câmaras de comércio e empresas, com o objectivo de publicação de artigos e/ou suplementos especializados em imprensa de referência internacional e em outras plataformas;

- a AICEP deve prosseguir com a figura dos “FDI Scouts” (especialistas de captação/retenção seleccionada de IDE em países emissores estratégicos), desejavelmente alargando o número dos seus mercados de actuação em articulação com o sector privado (associações empresariais e câmaras de comércio).

2.1.2. Melhorar a atractividade de Portugal como destino de IDE.

Atenuar e superar as barreiras (“custos de contexto”) existentes ao IDE em Portugal

Investidores alemães inquiridos no estudo já referido da Roland Berger e AHK consideram que os três factores principais que determinam a selecção do local do investimento são: a competitividade da mão de obra (motivação dos trabalhadores, nível salarial e produtividade, qualificação, flexibilidade), o contexto do negócio (estabilidade política, fiscalidade, infra-estruturas, eficiência da administração pública) e a base de fornecedores (presença de fornecedores qualificados, condições e práticas de financiamento).

Os mesmos investidores consideram que são a qualidade das infra-estruturas e a motivação dos trabalhadores as principais vantagens que Portugal oferece.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Quanto aos aspectos que necessitam de ser melhorados referem a eficiência da administração pública, custos da energia, transparência dos concursos públicos, fiscalidade, flexibilidade laboral e formação profissional não académica.

A opinião dos investidores franceses, segundo as informações da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa, é largamente coincidente com a dos seus colegas alemães. Para eles os principais factores de atractividade de Portugal são: a qualidade das infra-estruturas, know-how em sectores relevantes (mecânica, têxtil, madeira, agro-alimentar, ...), custos salariais competitivos e uma fiscalidade atractiva (esta a principal nota discordante). Quanto aos factores mais negativos referem a complexidade da administração pública, o custo da energia e a instabilidade do sistema bancário. Referem ainda negativamente três pontos importantes: a falta de diplomados que dominem a língua francesa e algumas medidas tomadas pelo actual governo (a atenuação da austeridade, consubstanciada, nomeadamente no aumento do salário mínimo e na reposição dos feriados, e as reversões das privatizações, nomeadamente no sector dos transportes que afectaram muito negativamente um grande grupo francês).

O diagnóstico do "Global Competitiveness Report 2016-2017" está, em grande medida, em linha com as opiniões dos investidores alemães e franceses, na medida em que identifica como os cinco factores mais negativos de Portugal:

1. As taxas de imposto, nomeadamente do IRC
2. A burocracia, nomeadamente no âmbito do licenciamento
3. A instabilidade das políticas governamentais
4. As leis do trabalho
5. As regulamentações fiscais

Simultaneamente o "Índice Global de Competitividade" revela que os seis aspectos onde Portugal compara pior com os 138 países analisados são:

1. Nível da dívida pública
2. Solidez dos bancos
3. Efeito da fiscalidade como incentivo para trabalhar
4. Eficiência do sistema de justiça na resolução de conflitos
5. Práticas para contratar e despedir



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

6. Efeito da fiscalidade como incentivo para investir

O IDE em Portugal é dificultado por diversas barreiras, de carácter legislativo, processual, administrativo ou de falta de recursos, que prejudicam a sua atractividade em comparação com outros países. Entre estas barreiras gostaríamos de salientar:

a) Excessos de Burocracia:

A principal barreira ao IDE existente em Portugal é possivelmente a excessiva dificuldade em lidar com as autoridades, nomeadamente com o processo de licenciamento e em particular com o licenciamento industrial. A demora na resposta a pedidos de investimento tem afastado um valor significativo de investimento e de IDE de Portugal.

Como solução, há a referir que na maioria dos países europeus, os investimentos industriais são realizados, apenas com comunicação prévia, embora depois exista uma inspecção rigorosa para analisar o cumprimento da lei. Em Portugal pode-se assegurar, desde já, que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente reforçará o seu número de efectivos, e passará a indicar um seu colaborador para acompanhar cada investidor. Os funcionários das entidades licenciadoras serão avaliados em função do cumprimento dos prazos dos pedidos de investimento. No licenciamento de novas construções, deve ser criada uma única base de dados pública, nomeadamente num site, que reúna toda a legislação aplicável ao urbanismo (arquitectura e diversas especialidades).

b) Fiscalidade:

Constitui uma barreira ao IDE o elevado nível de IRC, bem como o novo Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis.

O IRC deve assim ser substancialmente reduzido, os novos investimentos deverão ser deduzidos à matéria colectável em 35% do seu valor. O novo imposto sobre



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

imóveis deve assim ser anulado, voltando-se à situação anterior de existir apenas o IMI para imóveis.

c) Rigidez do Mercado de Trabalho:

A legislação portuguesa caracteriza-se por uma excessiva rigidez na cessação do contrato individual de trabalho, na restrição das situações em que se podem verificar contratos a prazo, no valor das indemnizações por extinção do posto de trabalho, na rigidez dos horários de trabalho, ou na imposição da contratação colectiva através de portarias de extensão.

A flexibilização destas regras laborais, à semelhança do que sucede na maioria esmagadora dos restantes países europeus e mundiais, permitirão às empresas portuguesas não só escolher os melhores profissionais, como aumentar o volume de emprego.

Por outro lado, as portarias de extensão dever-se-ão restringir aos casos em que tanto as associações patronais, como sindicais, representam pelo menos 50% do emprego. Simultaneamente deve ser permitido que as empresas individualmente se desvinculem dos acordos colectivos ("opting-out"). Deve também ser mantida a caducidade das convenções colectivas de trabalho, quando passaram três anos desde a publicação integral da última convenção sem que tenha existido novo acordo.

d) Custos da Energia:

As tarifas de electricidade e do gás em Portugal são das mais caras na Europa, o que impede o IDE em vários sectores económicos.

Como solução, o Estado Português não deve celebrar mais contratos com rentabilidades garantidas, e deve renegociar ou rescindir os contratos existentes de produção de electricidade, ou na rede de distribuição de gás, reduzindo a sua rentabilidade de 15% para 4%. Com estas medidas as tarifas de gás e electricidade podem ser reduzidas em 30%.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

e) Endividamento da Economia Portuguesa:

Portugal é actualmente a 4ª economia mundial com maior nível de endividamento público, (133% do PIB), depois do Japão, da Grécia e de Itália. O aumento do endividamento público transmite também uma imagem negativa aos mercados, uma vez que os países com maiores crescimentos da despesa e da dívida pública foram também os que menor crescimento económico apresentaram.

Por estas razões, deve ser dada prioridade não apenas à redução do deficit orçamental, sobretudo à redução da despesa pública, que se situa, em 2016, em 90 mil milhões de euros.

f) Insuficientes Trabalhadores com Qualificações Técnicas:

A falta de ensino técnico e prático dificulta, ou mesmo impede, o estabelecimento de IDE em Portugal, nomeadamente na área industrial.

O Ministério da Educação deverá assim propor parcerias com associações empresariais ou com empresas, em diferentes pontos do País, com o objectivo de promover cursos técnico-industriais adequados às necessidades das empresas.

g) Deficiente funcionamento da Justiça:

Portugal ocupa ainda, a nível internacional, um lugar desfavorável na relação custo/tempo de resolução de processos judiciais dentro da União Europeia.

A gestão dos processos judiciais deve ser alterada, passando a considerar o valor económico e complexidade dos processos pendentes.

Na justiça tributária devem ser admitidos nos tribunais cerca de 100 novos magistrados.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Na execução das dívidas comerciais, deve-se estabelecer que a remuneração anual dos agentes de execução terá uma parte variável determinada pela produtividade do agente.

h) Descontos para a Segurança Social e Salários Médios:

Em Portugal, são elevadas as taxas de desconto para a segurança social para as entidades empregadoras.

Deve assim ser realizada uma reforma do sistema de pensões, como sucedeu na Suécia, na Inglaterra e na Polónia, que permitiu o equilíbrio entre pensões pagas e os descontos para a segurança social. Com esta reforma Portugal conseguirá, muito possivelmente, a redução das taxas de contribuição para a segurança social, tanto de empresas como de trabalhadores.

Todos estas Barreiras ao Investimento estão descritas desenvolvidamente no anexo a este Relatório.

Ainda neste âmbito recordamos a proposta do Fórum para a Competitividade de negociação com a União Europeia da criação de "Zonas Económicas Exclusivas" junto de dois portos portugueses (Sines e Leixões), que, a serem concretizadas, aumentariam consideravelmente a atractividade de Portugal como país de destino de IDE.

Para além da análise tradicional dos investimentos-âncora estrangeiros concretizados (com o objectivo de identificar como foram atraídos para Portugal, por que canais entraram, o que correu bem e as dificuldades surgidas) gostaríamos de realçar a importância da realização de inquéritos junto das empresas que tendo equacionado a hipótese de investir em Portugal acabaram por optar realizar os seus investimentos noutros países, para compreender quais os factores críticos que explicaram as suas decisões e promover a sua correcção.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

2.2. Apoio à realização e retenção de IDE

Consideramos positivamente a atribuição pela AICEP da figura de “gestor de cliente” para os principais investimentos estrangeiros em Portugal, funcionando como interlocutor único do investidor junto da administração pública e do Governo.

Porque, muitas vezes, manter um projecto de investimento em Portugal é tão ou mais importante do que captar um novo projecto, consideramos também extremamente importante que esses mesmo gestores efectuem um acompanhamento regular dos investimentos já realizados com o objectivo de ir ajudando a resolver potenciais dificuldades que possam surgir na vida dos projectos.

Ter investidores estrangeiros satisfeitos com os seus projectos em Portugal é ter também potenciais e importantes promotores de novos investimentos estrangeiros em Portugal.

3. Uma nova estratégia para o IDE em Portugal. Algumas oportunidades no curto prazo.

Do ponto de vista do Fórum para a Competitividade é essencial desenvolver uma nova estratégia para a captação e retenção de IDE em Portugal, a qual deverá ser elaborada e realizada em partilha com o sector privado (associações empresariais e câmaras de comércio).

O próximo Plano Estratégico da AICEP deverá reflectir essa nova estratégia.

Dada a importância crucial da captação e retenção de IDE, que exige respostas muito rápidas e articulação entre vários ministérios (Economia, Negócios Estrangeiros, Ambiente, Finanças, ...), propomos que esta actividade deverá ficar na dependência do Gabinete do Primeiro Ministro, e ser objecto de um tratamento com grande autonomia da promoção de exportações.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Deverão ser mantidas e intensificadas as actuais linhas de actuação da AICEP quer no que diz respeito à figura dos “FDI Scouts” (desejavelmente alargando o número de mercados de actuação, passando também a contemplar países como a Índia, Israel e a Noruega) quer no que diz respeito à figura de “gestor de cliente”.

Para além das propostas referidas no ponto 2 e no documento em anexo, a estratégia de captação de IDE deverá privilegiar uma abordagem por “clusters” de modo quer a potenciar os já existentes quer a promover a criação de novos. Esta actuação deverá ser articulada com as associações empresariais sectoriais e as principais empresas dos “clusters” em questão. Deverá ser dada prioridade à captação de IDE de raiz e que tenha um factor multiplicador nas exportações e/ou introduza novas tecnologias no nosso país.

Por último, e tendo em atenção a actual conjuntura internacional (insegurança no Médio Oriente e no Norte de África, que pode potenciar deslocalizações para a Europa de investimentos realizados nessas regiões; as anunciadas alterações na política comercial dos EUA; o BREXIT) propõe-se que seja promovida urgentemente uma reflexão estratégica sobre as suas consequências a nível do IDE.

Anexo: Documento de Alexandre Patrício Gouveia, de Fevereiro de 2017